Roberto Mangabeira Unger

A SEGUNDA VIA

presente e futuro do Brasil

histórica. Que reconheça em cada criança um pequeno profeta tartamudo. Que lhe dê voz, entregando-lhe os instrumentos para ver à distância as idéias de aqui e agora. O ensino das práticas conceituais precisa vir suplementado pelo estudo de civilizações distantes, heresias peremptas e alternativas sociais abortadas no nascedouro.

O amor que os pais dão aos filhos permite a estes correr os riscos e enfrentar os conflitos necessários à formação de personalidades fortes. Aceitos no pequeno mundo, ousamos armar confusão no grande mundo. Assim também o apoio que uma democracia assegura aos cidadãos, por meio da herança social e da educação crítica, possibilita a estes aceitar a mudança sem medo e preferir a peregrinação à retirada como modo de vida. O sentido da analogia entre os pais e as repúblicas é mostrar que o equipamento social é necessário, mas insuficiente. Para fazer-se e manter-se livre, o indivíduo tem de viver e reviver drama íntimo.

Veja o caso característico de um jovem de elite que se forma em economia no Brasil e vai estudar nos Estados Unidos, determinado a desafiar a economia neoclássica. Não consegue. Subordina-se, escrevendo tese que aplica a doutrina ortodoxa a um pedaço da realidade brasileira. O malogro é uma ferida, uma vulnerabilidade. Voltando ao Brasil, tem medo de afundar na servidão de uma classe média fragilizada. Vai servir ao governo e, com isso, consegue depois, pela facilidade dos conhecimentos de pessoas e técnicas, ser banqueiro. Já se rendeu às ilusões da época e, rendido, prosperou.

Sente-se, porém, sufocado. Esse sentimento é a quinta-coluna do espírito dentro de nós. Podemos usá-lo para reganhar a liberdade perdida. Não conseguimos ser maiores do que somos, de repente, por simples querer. Podemos, contudo, jogar-nos em situações que nos devolvem à vida, meio mortos que estávamos, porque nos deixam menos defesos e mais abertos à surpresa. Surpreendidos, aprendemos depois a ser esperançosos.

Na meia-idade, a vida vai estreitando como funil. Mas o funil pode ser rompido. E precisa ser, por muita gente, cada um a seu modo e em sua circunstância, para que possa haver indivíduos fortes e países de verdade.

O pensamento no Brasil

Em 1927, em palestra à Liga Malthusiana, disse Keynes: "Na Inglaterra não é preciso levar vida arrojada para ter idéias arrojadas". Não se pode dizer o mesmo do Brasil. Um brasileiro que entendesse quanto vai nessa diferença, e amasse seu país, derramaria algumas lágrimas.

Marcam o pensamento a auto-subversão das idéias, a primazia da descoberta sobre o método e a resistência às ilusões da época e do meio. O pensa-

dor surpreende-se pelo desdobramento de seu trabalho. Descarta ou transforma os métodos à medida que aprofunda o entendimento. Recusa-se a consolar seus contemporâneos, revestindo-lhes os preconceitos com razões. Fala pelo futuro contra o presente. Vê o atual à luz do possível. Faz-se visionário para tornar-se realista.

Nada menos parecido com pensador do que intelectual. Os intelectuais mobilizam os vocabulários prestigiosos de seu tempo para ornamentar as posições que julguem progressistas. Oscilam entre o dogmatismo e o sincretismo. Preocupam-se com as últimas tendências e esmeram-se nas citações copiosas. Tentam afogar o provincianismo no cosmopolitismo. Sofrem de excesso de vaidade e falta de orgulho. Confundem-se com pensadores cujo pensamento rareia. Hostilizam, entretanto, o pensamento, se conseguem reconhecê-lo, exceto quando, moribundo, ostenta os predicados da distância da padronização e da respeitabilidade.

O pensamento no Brasil é frágil por razões tanto materiais quanto espirituais. O país nega à maioria dos brasileiros acesso prolongado à instrução e a quase todos oportunidade de carreira livre da escravidão ao dinheiro. O resultado é o desperdício do talento dos brasileiros: nossos Newtons e Darwins, Schuberts e Hegels morreram sem saber quem eram ou poderiam ter sido. Não é apenas por sermos pobres e desiguais. É também porque a desesperança materialista fala tão alto em nossa sociedade.

O ensino no Brasil continua a pautar-se em todos os níveis pelo predomínio da informação, da memorização e da exegese sobre a análise, a pesquisa e a reconstrução. O resultado é enfraquecer a independência intelectual e produzir, mesmo nos mais altos escalões da cultura acadêmica, sentimento de intimidação diante das idéias e dos métodos reinantes nas disciplinas de que tratam.

Nos estudos sociais e brasileiros, somam-se outros constrangimentos a esses. Reflexão vibrante e reveladora sobre o Brasil depende de repensar de disciplinas e de pesquisa direta sobre o que acontece e aconteceu fora do país. O problema não é só de recursos. É também de atitudes.

Os estudiosos brasileiros do Brasil rendem-se hoje a duas tradições: a das ciências sociais positivas, tais como cultivadas nas universidades americanas, e a do neomarxismo de origem européia. Essas tradições, aparentemente conflitantes, concordam no essencial. Advogam em favor do destino. Geram narrativas fantasmagóricas que apresentam as atribulações do Brasil ora como preço da convergência ao caminho único dos países ricos, ora como fardo que a história ou o capital obriga os países atrasados a carregar. Tanto podem ser parceiras essas perspectivas intelectuais que o poder se exerce agora no Brasil em nome de combinação das duas.

O Brasil está de joelhos. É desnecessário, e vergonhoso, que o pensamento brasileiro também esteja.

Há cinco requisitos. O primeiro requisito, preliminar, é que se desarmem dilemas empobrecedores como o que opõe agora a estabilidade da moeda ao desenvolvimento do país, pela mobilização dos recursos nacionais e pelo refinanciamento do Estado. O segundo é que se dê a cada criança brasileira educação libertadora, centrada no domínio de capacidades conceituais e práticas. O terceiro é que se quebre um sistema de mídia que virou máquina de mentira. O quarto é que se formem instituições econômicas que descentralizem radicalmente o acesso às oportunidades e aos recursos produtivos. O quinto é que se estabeleçam instituições políticas que mobilizem a cidadania para dobrar as corporações e controlar o Estado enquanto resolvam rápida e democraticamente os impasses produzidos por tentativas de mudanças.

A dificuldade é que para começar a andar nessa direção já precisamos nos sentir grandes. Como romper esse círculo de dependência recíproca entre o espírito e as instituições? Em parte aproveitando o acaso de crises como a atual que abrem as cabeças para a rebeldia nacional porque aumentam o custo do conformismo brasileiro. E em parte pelo contágio de exemplos individuais de resistência e afirmação. Um só homem que pensa por si e fala por muitos, dizendo o que sente e não o que se espera que diga, é um governo e uma revolução.

Uma vida

Em 1818, num Estado do interior dos Estados Unidos, um garoto pobre de 8 anos recebeu chute de cavalo na cabeça. Foi dado por morto. Passado algum tempo, porém, levantou-se. Pouco depois morreu sua mãe.

Desde criança pequena, era intenso. Resolvera ser grande homem. Mas, quando, ainda jovem, a idéia de que o caminho da intensidade à grandeza passa pelo sacrifício primeiro lhe veio ao pensamento e lhe começou a invadir os sonhos, ele resistiu. Só se renderia a ela anos depois. Seria sempre triste e engraçado, usando o senso do absurdo para combater a experiência do sofrimento.

Em 1832, após vários biscates, tentou a eleição para deputado estadual. Derrotado, abriu loja que faliu no ano seguinte. Seria, até 1860, sua única experiência administrativa. Passaria anos pagando as dívidas do sócio.

Em 1834 elegeu-se deputado estadual enquanto continuava sua tentativa de fazer-se advogado autodidata. No ano seguinte, porém, a morte de sua noiva destruiu sua expectativa de ser feliz. Caiu em longo período de depressão e desnorteamento. Seu eventual casamento, a que se sentiu preso por obrigação de honra, parece haver feito parte de processo enigmático: a desesperança do amor converteu-se na esperança de salvar-se pela dedicação a uma grande tarefa.

Em 1838 foi derrotado na eleição para presidente da Assembléia Legislativa de seu Estado. Passou a ganhar a vida como advogado. E enfurnou-se no estudo da Bíblia, de Plutarco e dos poetas românticos, procurando incitamentos à grandeza que não mentissem sobre quem somos e o que queremos. Seus contemporâneos começaram a notar-lhe o traço mais marcante: força de vontade inquebrantável e inexplicável. Duvidavam, contudo, que um homem que não podia ver um bicho sofrer sem ficar transtornado pudesse triunfar no mundo bruto do poder.

Em 1843 não conseguiu legenda para candidatar-se ao Congresso. Elegeu-se em 1846 deputado federal. Entretanto, seu trabalho contra a intervenção americana no México deixou-o isolado. Não tentou reeleger-se na eleição subseqüente. Em 1849 teve rejeitado seu pedido de cargo federal de terceiro escalão.

Viajou nos anos seguintes pelo país tentando levantar discussão nacional sobre como reformar a democracia americana e evitar a guerra civil. Sua voz começou a ser ouvida. Sofreu, porém, derrotas repetidas como candidato ao Senado em 1854, como pré-candidato à vice-presidência em 1856 e novamente como candidato ao Senado em 1858.

Na opinião geral, sua vida pública, série quase ininterrupta de reveses e rejeições, chegou, em 1858, ao fim. Consolidou-se entre seus amigos a impressão de que sua combinação misteriosa de doçura, clareza e teimosia o incapacitava para a ação prática.

Em 1860 Abraham Lincoln foi eleito presidente dos Estados Unidos. Conduziu até a vitória e a emancipação dos escravos a guerra civil americana, inferno de sangue e lágrimas, tentando reconciliar a justiça com a misericórdia e a prudência com a humanidade. Refundou, com isso, a República, mas não sem antes haver visto o incompreensível e vivido o intolerável. Em 1865 foi assassinado.

Diz poema de Rilke: "Se fores o sonhador, sou teu sonho. Mas, se quiseres acordar, sou tua vontade". Seria, a partir da virada de 1860, a relação de Lincoln, vivo e morto, com seu país.

INSTITUIÇÕES: POLÍTICA

Política prática e incapaz

Normalidade política? Não é isso o que quer o eleitorado brasileiro? Políticos honestos, bons gerentes, que ofereçam soluções práticas para os problemas do dia-a-dia, suprindo as carências sociais na medida compatível com a prudência econômica. Nada de grandes alternativas ou rebeldias perigosas. É assim que opera agora a política nos países que sempre nos serviram de modelo. O desejo da normalidade acalenta nossa busca perene de uma força de centro-esquerda que reconcilie o desenvolvimento com o social.

Trago duas notícias perturbadoras aos meus concidadãos. Eles não querem ouvi-las. Por isso, insistirei em propagá-las. A primeira notícia é que essa espécie de política não funciona em lugar nenhum. A segunda notícia é que não vamos poder esperar pelos europeus e americanos para descobrir como reinventar a política. Teremos de reinventá-la por nossa conta.

A política rotineira, objeto do desejo de normalidade, descarta as inovações institucionais em favor do remanejo dos problemas cotidianos. Abre caminho para políticos que se apresentem como gestores, hábeis, também, em seduzir e negociar. E prefere, como método, a barganha entre as minorias organizadas, já que, em todas as sociedades contemporâneas, as maiorias continuam desorganizadas.

O paradoxo central da experiência política moderna é que essa política supostamente prática se mostra incapaz de resolver os problemas práticos. Reduzida a política a uma série de transações entre os interesses organizados, não faz nada que preste ou importe. Assim, por exemplo, os europeus, obcecados com o desemprego, não conseguem minorá-lo. Atribuem-no falsamente ao avanço tecnológico em vez de buscar suas causas em arranjos que sacrificam as oportunidades de muitos aos privilégios de alguns. Falta-lhes a idéia de democratizar o mercado em vez de apenas regulá-lo. Não reconhecem que as instituições são destino e a política é antidestino.

No Brasil, a impotência fatal da política rotineira se exprime na lamentação social que, com pouco resultado, tem servido de língua franca a todas as

forças, desde a direita até a esquerda. Manifesta-se, também, na desorientação de grandes partidos, como o PMDB e o PSDB, supostos veículos de uma centro-esquerda brasileira, que se perderam no poder.

Qual a alternativa ao pragmatismo antipragmático da política rotineira? A única que a história moderna oferece é uma política heróica que tem a guerra ou o colapso econômico como parteira, tenta grandes rupturas em nome de projetos abrangentes e confia a líderes inspirados a mobilização de maiorias desorganizadas. Precisamos da ruína para ter a mudança?

A escolha entre política rotineira e política heróica é inaceitável para o Brasil como para todo o mundo. Precisamos de uma política que inove nas instituições enquanto responde às urgências do momento. Que mude estruturas, porém de maneira fragmentária, gradualista e cumulativa. Que combine a negociação entre as minorias organizadas com a mobilização das maiorias desorganizadas. E que mostre aos interesses corporativos como usarem uma visão de conjunto para se libertarem de seu egoísmo autodestrutivo.

Talvez os americanos e os europeus possam aguardar, pacientes e perplexos, por tal política transformadora e experimentalista. Nós precisamos dela agora. Não conseguiremos criá-la se continuarmos vergados, nós, brasileiros sob o sentimento da pequenez.

Descrença na política

Dedico este espaço semanal à proposta de alternativa para o Brasil. É, como disse Samuel Johnson sobre o segundo casamento, o triunfo da esperança sobre a experiência: mesmo os politizados preferem reclamar a falta de alternativas a discutir as alternativas apresentadas. Paro de vez em quando para refletir sobre as emoções que abram ou bloqueiem o caminho.

Pesquisas recentes confirmam que grande parte dos brasileiros deixaria de votar se fosse facultativo o voto. O desejo de cair fora é mais forte entre os pobres. É forte, porém, em todas as faixas do eleitorado. No Brasil, como na maioria dos países contemporâneos, o destino da política é decidido hoje por maioria de pessoas que não acredita em política. Não é só que desacredite nos políticos dos seus países, já que o fenômeno corre mundo. E não é só que desacredite no Estado, já que a mesma descrença recai sobre a política liberal ou neoliberal.

Há duas hipóteses principais para explicar a difusão da descrença. A primeira explicação é que ela reflete a impotência da política. Só catástrofes econômicas ou militares interrompem a rotina da política como pequena barganha entre minorias organizadas. Essa forma de vida pública encontra

seu limite quando é preciso mexer na organização da sociedade, não apenas repartir custos e benefícios.

A segunda hipótese é que as instituições podem imprimir à política viés que lhe esvazie ou reforce o potencial transformador, inspirando ou vencendo a descrença. As instituições políticas que copiamos das democracias ricas do Atlântico Norte favorecem a desmobilização da cidadania e a perpetuação dos impasses sobre propostas mudancistas. Reformando tais instituições, ganharíamos poder para resistir ao destino que elas nos impõem.

Há muito de verdade nessa segunda hipótese, muito que deve interessar, apaixonadamente, a nós brasileiros. Os que resistimos à situação precisamos ganhar o poder para mudar as instituições e reinventar a democracia. Mas não é a verdade toda. Há algo que toca os segredos do coração.

A descrença na política é também desesperança em nós mesmos, como indivíduos e como povo. É como se um homem se agachasse e olhando para cima dissesse: antes agachado do que enganado. É como se quisesse ver na humilhação de sua vontade a afirmação de sua inteligência, de sua capacidade de ver as coisas como são.

Há um sentimento terrível no Brasil de que temos de mudar tanto quanto as injustiças que praticamos e as instituições que importamos. É o culto da esperteza, cristalizado na imagem do malandro charmoso e sobrevivente. A esperteza aconselha a descrença não só na política, mas também em tudo que, não sendo vantagem imediata e tangível, prometa engrandecer-nos.

Para o povo, o culto da esperteza é estratégia de sobrevivência, útil no começo e paralisante depois. Traduzido para a consciência das classes superiores, vira o distanciamento irônico do desiludido: defensivo para a classe média e aproveitador para a alta burguesia. Além de todos os seus efeitos sociais, mumifica o indivíduo. O homem irônico e distante não se deixa sacudir. Já morreu em vida.

A descrença na política, avalizada pelo culto da esperteza, exprime desrespeito da pessoa para consigo mesma. Não pode, porém, ser combatida por exemplos de respeitabilidade. Só pode ser combatida por exemplos de esperança, dados na política do país e nas vidas de alguns de seus cidadãos.

Liberalismo sem gente livre

Em que país latino-americano o neoliberalismo traria hoje melhor proveito e menor dano? Cuba. Imaginem espectro de países latino-americanos. Num pólo desse espectro estão as nações mais desiguais e divididas, como o Brasil, o México e o Peru. No outro pólo, ficam a Costa Rica e, finalmente, Cuba. O neoliberalismo é mais perigoso do primeiro lado do espectro e menos perigoso do segundo.

O espectro nada diz sobre a riqueza de cada país, nem sobre a liberdade de que desfrutam seus cidadãos. Mede apenas a desigualdade econômica, especialmente quando ancorada na divisão entre setores produtivos de vanguarda e retaguarda.

Quanto mais desigual e dividida a sociedade em que se adote o projeto neoliberal, tanto maior a probabilidade de que se conceba e se execute o projeto seletivamente, rearrumando e refundando privilégios. O neoliberalismo real atribui ao Estado duas tarefas: promover a incorporação da vanguarda produtiva do país à rede internacional de vanguardas e praticar políticas sociais que possibilitem o acesso lento da maioria pobre aos centros dinâmicos da economia.

Faz parte desse neoliberalismo a falta de vontade política e de base social e para radicalizar a luta pela concorrência, pela meritocracia e pelo princípio de oportunidades iguais. Privatiza o setor público sem desprivatizar o Estado ou privatizar o setor privado, sedento de favores públicos e viciado no nepotismo e no oligopólio.

Bastaria, segundo a doutrina do neoliberalismo real, internacionalizar a economia e imitar as regras e práticas das economias ricas para garantir o crescimento econômico. A integração social viria naturalmente depois, com ajuda das políticas sociais. O resultado mais comum, porém, é desenvolvimento marcado por contraste duradouro entre setores avançados e atrasados. Enquanto pequena parte da economia se entrega à rede internacional de vanguardas, o resto vegeta na estagnação e na incapacidade.

As formas tradicionais da economia de mercado e da democracia representativa não asseguram seus próprios pressupostos: cidadãos livres e capazes, com o equipamento cultural e econômico de que precisem, atuando num ambiente em que a desigualdade não sepulte a iniciativa individual e comunitária. Investir no social sem mudar as instituições não basta.

Para realizar tais pressupostos, há dois caminhos. Um caminho é história secular de lutas sociais igualizadoras, cheia de traumas, como a guerra civil americana ou a revolução chinesa. Cem anos de lutas, seguidos por epílogo liberal ou neoliberal? Não temos tempo nem estômago para isso.

O outro caminho é a renovação das instituições da democracia, do mercado e da sociedade civil livre. Ao contrário do neoliberalismo, que sacrifica os objetivos revolucionários do liberalismo para preserva-lhe as formas institucionais, teríamos de reinventar as formas por amor aos objetivos. Produziríamos democracia mais enérgica, economia menos dividida e sociedade civil mais organizada e capaz.

Os ideólogos persistem no debate fossilizado sobre estatismo e liberalismo. O povo procura as condições práticas de vida decente, intuindo não haver sociedade livre sem gente livre.

O primeiro ponto de partida não leva a nada. O segundo pode levar à política que reimagine e reconstrua as instituições, reorganizando a sociedade para libertar as pessoas.

Carreiras abertas aos talentos

Hoje à noite em São Paulo, um ricaço dormirá angustiado com a passagem de seus negócios ao filho inepto ou desinteressado. Por que não estrangula ou castra logo o filho, já que quer roubar-lhe o maior tesouro, a experiência de inventar a única vida que terá? O pobre do filho vai tramar a fuga, conformar-se com a prisão ou felicitar-se, insensatamente, da sorte. Enquanto isso, um jovem de classe média vai candidatar-se a emprego numa sociedade em que currículos escolares ainda pesam pouco e indicações pessoais ainda valem muito. Outro, mais adiantado na carreira, terá o desgosto de lembrar todos os dias a diferença entre ser empregado e ser filho do dono.

Todos lerão nos jornais que o Brasil se está convertendo à doutrina liberal. Porém ninguém levará a sério. Pois todos sabem que continuamos a viver num país em que mesmo grandes negócios costumam ser negócios de família. Monetizamos a doutrina do carma e chamamos o produto liberalismo. Só nas empresas estrangeiras, no que resta das empresas públicas e nas poucas grandes empresas nacionais sem controlador é que se baniu a selvageria cruel e custosa do nepotismo.

Tem de ser assim? Nas democracias ricas do Atlântico Norte, estabeleceu-se certo equilíbrio entre meritocracia e igualdade – equilíbrio mal estudado lá e incompreendido aqui. Os países mais igualitários, como a Suécia, são justamente aqueles em que muitas das maiores empresas continuam a ser controladas e administradas por famílias. O imenso setor público e a rigorosa política redistribuidora colocaram o nepotismo e a herança no lugar. As sociedades mais desiguais, como os Estados Unidos, são, paradoxalmente, aquelas em que a meritocracia foi mais longe.

E nós? Havemos de ter o pior dos dois mundos, elevado a alta potência? A aliança de centro e esquerda capaz de propor ao país novo projeto democratizante e desenvolvimentista deve ter a carreira aberta aos talentos como uma de suas palavras de ordem.

A concorrência internacional ajuda, mas não basta. A experiência demonstra que a ditadura familiar moderada pelo profissionalismo subalterno pode sobreviver a muito, sobretudo quando bafejada pelo conluio geral de elites que caracteriza sociedades nas quais extrema desigualdade convive com nepotismo deslavado.

Nunca foi fácil reconciliar a transmissão hereditária da propriedade com o princípio de oportunidades iguais, que o próprio liberalismo cultua. A reconciliação torna-se impossível quando, nas grandes organizações produtivas (ou parasitárias) da sociedade, se usa a herança para assegurar a herdeiros poder sobre os que nada herdaram.

Nossa alternativa democratizante e desenvolvimentista deve proibir, como violação de direitos civis, que o parente de proprietário fundador de grande

empresa trabalhe na empresa, muito menos a dirija. Que vá tratar de ser alguém em terreno mais neutro. Que não se preste à corrupção de uma vida coletiva que há de ser dedicada à formação dos talentos e marcada pelo reconhecimento dos méritos. Está em questão causa sagrada: liberdade para o espírito humano e liberdade para todos.

Reforma política

Dizem os supersticiosos que a "globalização" não permite ao Brasil sair do caminho único. Se o país tivesse as instituições políticas de que precisa, ninguém levaria essa idéia a sério. Inovando na política, logo começaríamos a divergir em tudo o mais.

Dois conjuntos de idéias e instituições políticas caracterizam as democracias ricas do Atlântico Norte.

De um lado, estão práticas que ajudam a manter a sociedade politicamente desmobilizada. Entre tais práticas contam-se a influência do dinheiro sobre a política e a limitação do acesso dos agentes políticos e sociais aos meios de comunicação em massa.

De outro lado, estão técnicas constitucionais que ajudam a desacelerar a política, dificultando a transformação política da sociedade. Por exemplo, o presidencialismo americano, copiado no Brasil, como em toda a América Latina, foi desenhado por Madison para favorecer a perpetuação dos impasses entre os Poderes do Estado, sempre que a política gerasse propostas transformadoras.

O liberalismo constitucional junta ao compromisso de fragmentar e descentralizar o poder o esforço para conter o potencial mudancista da política. Promove, por isso, o amesquinhamento da vida pública. No Brasil, como em toda parte, o destino da política é hoje decidido por uma maioria que não acredita em política.

A tarefa é rejeitar essa tradição e propor as instituições que possam substituí-la. Para resolvermos nossos problemas, precisamos de democracia que facilite a prática freqüente das reformas estruturais e o alargamento duradouro do espaço público.

Temos de substituir a política de baixa energia, que a tradição do liberalismo constitucional nos legou, por política de alta energia, assegurada pelo efeito cumulativo de muitas medidas práticas e parciais: o financiamento público das campanhas eleitorais, reforçado pela transparência das contribuições privadas que forem permitidas, a quebra dos oligopólios da comunicação bem como a ampliação do acesso à mídia, o fortalecimento dos partidos políticos, até mesmo pela solução extrema das "listas fechadas", em que o eleitor só vota em partido, em vez de votar em pessoa, e, sobretudo, a garantia aos brasileiros comuns dos meios práticos para conhecerem e reivindicarem seus direitos.

Substituamos, também, o constitucionalismo desacelerador da política por instituições que engajem o eleitorado na pronta resolução dos impasses. Mantenhamos presidente eleito diretamente pelo povo como instrumento de pressão plebiscitária e popular sobre os acertos da elite política e econômica. Dotemos, porém, tanto o presidente quanto o Congresso da faculdade de convocar, unilateralmente, eleições antecipadas e simultâneas para os dois poderes, quando ocorrer impasse no encaminhamento das grandes propostas de reforma.

A inversão da lógica constitucional conservadora seria seguida por reformas destinadas a implantar elementos de democracia direta dentro da democracia representativa: por exemplo, o uso de plebiscitos programáticos, acordados entre o presidente e o Congresso, como alternativa às eleições antecipadas, e a participação institucionalizada da sociedade civil na formulação descentralizada e na execução local de políticas públicas.

Instituições são destino. Formemos as nossas.

Presidencialismo e parlamentarismo

Que forma de governo convém ao Brasil? Pode parecer pergunta alienada, dada a urgência dos problemas econômicos e sociais que afligem o povo brasileiro. É, pelo contrário, indagação inescapável por duas razões. Em primeiro lugar, a organização institucional da política condiciona os projetos de reforma econômica e social. Em segundo lugar, se o atual presidente viesse a reeleger-se, a única grande proposta institucional que poderíamos esperar dele e de seu grupo seria mais uma tentativa de impor o parlamentarismo a povo que já o rejeitou decisivamente.

Há muitos argumentos pseudo-eruditos em favor da implantação do regime parlamentarista no Brasil. O motivo mais forte do interesse, porém, é que a eleição presidencial faz a elite brasileira sofrer periodicamente susto intolerável. É o conflito eleitoral menos controlado e mais imprevisível, sobre o poder mais importante. Eles não agüentam mais. Melhor concentrar o poder na classe política e negociar soluções consensuais de governo, sem ter de contar com a possibilidade de surpresas desagradáveis nem ter de trabalhar para contê-las. O eleitorado rejeitou o parlamentarismo porque nele percebeu, corretamente, tentativa de confisco da soberania popular.

Não se trata de tese abstrata sobre o parlamentarismo. Pode até vir a ser, quando o Brasil for mais livre e mais igual, a melhor forma de governo para o país. Formas de governo ganham seu significado da relação entre seu conteúdo e seu contexto. Os pormenores institucionais e as circunstâncias sociais são tudo.

Não há no Brasil perspectiva de eleger-se em futuro próximo maioria parlamentar comprometida com projeto de aprofundamento da democracia e moderação das desigualdades. As influências e as dependências locais acabam por sobrepor-se às ansiedades nacionais. Já maioria parlamentar progressista pode formar-se, depois de eleita, tangida pela força popular e plebiscitária que a eleição presidencial é capaz de exprimir.

Aí está a chave para o entendimento da política brasileira, tanto em sua vida eleitoral e partidária quanto em seus imperativos de redesenho institucional. Pressão plebiscitária sem base partidária frustra-se. Consenso partidário sem pressão plebiscitária esteriliza-se. O parlamentarismo evitaria as crises surgidas de confrontos entre o presidente e o Congresso a custo intolerável, forçando a tampa sobre o caldeirão fervilhante da sociedade brasileira.

O presidencialismo tradicional, porém, aquele que copiamos dos Estados Unidos, padece de grave defeito. O presidente é forte para favorecer ou punir, mas é fraco para transformar. Promete, mas não cumpre. O regime foi desenhado para frear a política transformadora, perpetuando os impasses sobre projetos mudancistas.

A solução é dotar o regime presidencialista de mecanismos para a pronta resolução dos impasses, quer por plebiscitos acordados entre o presidente e o Congresso, quer por eleições antecipadas e simultâneas para os dois Poderes, convocadas unilateralmente por qualquer um deles.

Para resolvermos nossos problemas temos de fazer nossas instituições. Não basta nos rebelarmos contra a falta de justiça se não nos rebelarmos, também, contra a falta de imaginação.

A SEGUNDA VIA: PRESENTE E FUTURO DO BRASIL*

"Se o tolo persistisse em sua tolice, ficaria sábio."

Blake

A CHAMADA

Uma visita: rejuvenescimento instantâneo

No final de 1998, antes de deixar por algum tempo o Brasil, visitei, no Rio de Janeiro, um velho economista responsável por um dos últimos e únicos esforços de originalidade e independência demonstrados pelo pensamento brasileiro na segunda metade do século vinte. Fui à busca da compreensão produzida por longa vivência de engajamento. Encontrei o que buscara e mais alguma coisa. Ele tratou de ministrar-me a lição penosa dos fatos, encaixando minhas aspirações exorbitantes nas realidades impiedosas do país.

O Brasil, explicou-me ele, foi, desde o início, apenas um acampamento, levantado e engrossado por gente sem compromisso duradouro uns com os outros: uns, à busca de ganho fácil; outros, transportados para aqui em correntes ou subjugados, a ferro e fogo, no litoral e nas selvas do país. Depois, um pequeno grupo colocou sobre o acampamento um Estado mais ou menos independente.

Montados nesse palanque, homens como José Bonifácio apareciam de vez em quando, formulando idéias práticas e progressistas para dar ordem e direção ao acampamento. Para isso, sempre tiveram que manobrar, precariamente, entre um povo despreparado, desinformado, dependente e desorga-

---

* Publicado como encarte especial na revista *Carta Capital* em 1º de setembro de 1999.

nizado, e elites que, embora míopes e entreguistas, haviam afiado, durante gerações, o instinto de sobrevivência. Estas elites nunca se deixaram impressionar com o palavrório ideológico do momento. Sabiam usá-lo e desusá-lo de acordo com as conveniências.

O país avançou aos trancos e barrancos. Aos poucos, aumentou o número de pessoas e grupos menos dependentes e, portanto, mais capazes de apoiar os Josés Bonifácios contra o monstro de duas cabeças: pasmaceira popular, mesquinharia oligárquica. Estávamos prestes a virar país e deixar de ser acampamento.

Sobreveio, então, desastre inesperado. O palanque em que era possível subir para orientar o acampamento começou a ruir. O Estado, instrumento indispensável de mudança numa sociedade desigual, dividida e, sobretudo, pouco organizada, começou a ir para o brejo econômico, administrativo e espiritual, sob uma onda irresistível de forças e idéias, vindas de fora e chamadas por nomes toscos como "globalização" e "neoliberalismo". Para piorar, tudo ocorre numa época em que uma só potência – os Estados Unidos – controla cada vez mais o mundo, impondo preço alto a quem, em palanques locais, insista em idéias contrárias à nova visão de convergência modernizante e mundial.

Ficaremos só com a velha vida do acampamento, agora sem o contrapeso da orientação ocasional que vinha de cima? Ou haverá, do outro lado desse túnel, a luz da resistência social e a disposição de construir novo Estado e novo projeto nacional? Por enquanto só há túnel. O resto é fantasia. Boa sorte, disse-me, com um sorriso triste, meio entre benevolente e exasperado comigo, o velho militante de idéias e reformas.

Se te parecer, leitor, que o retrato traçado por meu interlocutor é peculiar, estás enganado. Ele é compartilhado, em maior ou menor grau, pelos homens e pelas mulheres mais preparados e conscientes do país, no governo e na oposição, desde o atual presidente da República até alguns de seus adversários mais ferrenhos; pelos seus pares no empresariado, na mídia, nas artes e nas academias; e por todos que se orgulham de resistir às ilusões da época sem negar as imposições da realidade.

E eu? Eu sei que aquela história conta parte verdadeira e importante de nossa história e descreve muito do Brasil atual. Era preciso reconhecê-lo sem medo, vendo, cara a cara, o que somos. Falta-lhe, porém, um elemento essencial: a imaginação dos futuros alternativos que convivem dentro do presente brasileiro, a intuição da excitação subterrânea que corre no país, a certeza de que a história, tanto no Brasil quanto em todo o mundo, está apenas começando um grande momento de inflexão. Por conta desta inflexão, a rebeldia nacional e democrática parecerá, outra vez, não apenas justa, mas também sensata e sábia. É o que procuro mostrar, para o Brasil de hoje, neste artigo não jornalístico de jornal.

Saí da visita possuído por uma alegria que reconheço haver sido temerária e provocadora, como se meu interlocutor, sem querer nem saber, houvesse colocado em minha mão uma tocha. Era tudo o que eu queria: a promessa de uma luta de muitos anos, num vasto e desordenado país, que anda às tontas, mas conta com o predicado mais importante, a vitalidade. (Quem pensa mais profundamente, escreveu o poeta Hoelderlin, ama o que tem mais vida.) Uma luta contra forças que parecem todo-poderosas, mas que são, no fundo, fracas, porque organizadas para uma retirada e uma rendição.

E meus correligionários? Não diria, como os marxistas, que eles estavam predestinados a sair desta ou daquela classe social. Sairiam de toda a parte, ou de nenhuma. Encontrá-los-ia no caminho.

A SITUAÇÃO

Endinheirados confiantes

"Happy days are here again." Grande parte da elite de dinheiro e poder no Brasil festeja uma suposta superação da crise financeira que se abateu sobre o país na seqüela dos baques sofridos por algumas economias da Ásia e pela Rússia. A previsão é de inflação sob controle, câmbio contido em patamar adequado de desvalorização e, depois de alguns meses de sofrimento inevitável (já abreviados pelo desempenho espetacular da agricultura), recuperação do crescimento.

Tudo parece demonstrar aos detentores do poder o acerto da submissão à Nova Roma (os Estados Unidos, representados pelo Departamento do Tesouro, por Wall Street e pelo biombo chamado FMI). O caminho, dizem, é único e estreito. Escaldados pelas heterodoxias custosas de um passado ainda recente e confiantes em gente que pensa e atua de acordo com as idéias da Nova Roma, prevêem a lenta reconciliação do país com o realismo: realismo fiscal, realismo previdenciário, realismo salarial, realismo sobre o que o Estado é e não é capaz de fazer pelo Brasil.

Os juros baixarão lentamente e, com eles, a dimensão do problema do endividamento do Estado. À queda das importações, seguir-se-á, pouco a pouco, o fortalecimento das exportações. A reorganização da indústria e da agricultura, já em curso antes do colapso do câmbio, recomeçará sem o ônus de um regime cambial insustentável. Antes que o governo possa investir pesado no social, os brasileiros mais dinâmicos, em todas as classes, começarão novamente a enriquecer. Depois da riqueza, virá a decência social.

Vêem o povo brasileiro ainda como horda de gente semibárbara, desqualificada para as exigências da vida contemporânea e mal emergindo das mazelas de um passado de ignorância e subjugação, porém já sob a batuta de homens afinados com o que há de mais moderno e racional no mundo.